Credor já aceita nova prorrogação

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Tóquio — Se depender dos bancos japoneses, o Brasil não terá dificuldades para prorrogar mais uma vez o acerto provisório com os credores estrangeiros em janeiro próximo, mas não encontrará respaldo para uma renegociação de longo prazo sem o aval do Fundo Monetário Internacional. "Na realidade a prorrogação já era teoricamente inevitável" — afirma o diretor da Divisão Latino-americana do Banco de Tóquio, Tatsuo Hiranuma, para quem "continua valendo" a promessa feita em outubro pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, de se chegar a um acordo com o FMI ainda este ano.

Responsável pelas operações com trinta e três países latino-americanos, o executivo aponta os resultados favoráveis obtidos pelo Brasil na área externa como principal fator de tranqüilidade para os credores japoneses. "Não temos tanta preocupação com o caso brasileiro porque os juros estão em dia e o país deve registrar outro superávit comercial superior a US\$ 12 bilhões, com as reservas líquidas acima do US\$ 8,5 bilhões em setembro, sendo suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo" — observa o executivo, cujo banco está entre os dez maiores credores do Brasil.

O Banco de Tóquio representa os bancos privados japoneses no Comitê de Assessoramento da dívida externa brasileira, na qualidade de principal credor desta área. A grosso modo os bancos japoneses respondem por cerca de 15% da dívida externa latino-americana, da ordem de US\$360 bilhões, e preferem enfrentar a renegociação em comum acordo com os bancos americanos. Isto quer dizer que continuam exigindo o aval do FMI, embora já aceitando renovar as condições de rolagem das amortizações e manutenções das linhas de curto prazo, mesmo sem novo programa de ajustamento da economia brasileira aprovado por Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI.

O diretor do Banco de Tóquio é claro neste ponto, quando se refere à promessa ouvida pessoalmente do presidente do Banco Central brasileiro, por ocasião de sua passagem pelo Japão, na época da assembléia do FMI/Banco Mundial em Seul. "Em outubro, quando organizamos o encontro do senhor Bracher com os bancos japoneses, ouvimos deles o compromisso de se chegar ao acordo como FMI em pouco tempo, explicando inclusive que a cada dia era menor a diferença entre as posições daquele organismo e do novo governo brasileiro" — recorda Hiranuma, acrescentando que "o senhor Bracher é muito conhecido e respeitado internacionalmente e eu acredito nele".

A prorrogação do acerto provisório com os bancos credores, que agora o governo brasileiro começa a propor, já era esperada há algum tempo pela comunidade financeira japonesa — segundo o executivo do Banco de Tóquio — inclusive porque decorre de uma cláusula do contrato de renegociação do ano passado. "No início deste ano os bancos aceitaram manter as condições do acordo anterior para a rolagem das amortizações, e este acerto foi depois renovado com o novo governo brasileiro, não havendo agora motivo para preocupação" — observa. Até o momento, entretanto, não houve nenhuma comunicação formal do Banco Central brasileiro aos bancos credores japoneses, sobre as intenções de se obter uma nova prorrogação.

Sobre o ajuste interno da economia dos países devedores, o banqueiro reflete a posição mais ou menos generalizada, de apontar o caso da Argentina como uma espécie de exemplo que os demais países altamente endividados devem seguir. Comentando os resultados do "plano austral", pelo qual o governo argentino congelou preços e salários para baixar a inflação mensal de 30% em junho para cerca de 2%, projetados para novembro, Hiranuma chega a abandonar o reservado estilo japonês para expressar grande satisfação. "Foi um verdadeiro milagre, pois a princípio estávamos um pouco céticos com os resultados, que agora se revelam excelentes".

Em consequência, a Argentina agora voltará a contar com créditos da comunidade bancária privada, devendo ser um dos primeiros beneficiados do chamado Plano Baker, segundo o executivo. Para o Banco de Tóquio, o plano do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, "é positivo e deverá contar com a colaboração dos bancos japoneses de forma geral". Quanto ao Brasil, Hiranuma lembra que seu banco opera nesta praça há quase trinta anos e não pensa retrair-se agora. "Ao contrário, abrimos este ano uma agência em Salvador e em 1986 devemos inaugurar outra em Porto Alegre" — promete.